

Do monumento à ruína: Santo Antônio como um bairro-jardim no Recife

From the monument to ruin: Santo Antônio as a garden-neighborhood in Recife

<https://doi.org/10.11606/1982-02672023v31e37>

Thais Santos COSTA¹

<https://orcid.org/0000-0002-8474-5258>

Universidade Federal de Pernambuco / Recife, PE, Brasil

Antonio Severino FELIX NETO²

<https://orcid.org/0009-0008-7175-4914>

Universidade Federal de Pernambuco / Recife, PE, Brasil

Ana Rita SÁ CARNEIRO³

<https://orcid.org/0000-0002-2750-5354>

Universidade Federal de Pernambuco / Recife, PE, Brasil

Larissa Maria Sotero PEREIRA⁴

<https://orcid.org/0009-0009-4757-6465>

Universidade Federal de Pernambuco / Recife, PE, Brasil

1. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano e pesquisadora do Laboratório da Paisagem da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Arquiteta e urbanista pela mesma instituição. Participa do grupo de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) Jardins de Burle Marx. E-mail: thaiscosta.26@gmail.com.

2. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano na UFPE e pesquisador do Grupo de Estudos sobre o Mercado Fundiário e Imobiliário da mesma instituição (Gemfi/UFPE). Arquiteto e urbanista pela UFPE. E-mail: antoniosfelixneto@hotmail.com.

3. Professora titular do curso de arquitetura e urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE e coordenadora do Laboratório da Paisagem. É arquiteta e urbanista pela UFPE, mestra em desenvolvimento urbano pela mesma instituição e doutora em arquitetura pela

Oxford Brookes University.
Líder do grupo de pesquisa
do CNPq Jardins de Burle
Marx e pesquisadora do
grupo de pesquisa do CNPq
Pensar Paisagem. E-mail:
anaritacarneiro@hotmail.
com.

4. Arquiteta e urbanista pe-
la UFPE. E-mail: larissa.so-
tero2019@gmail.com.

RESUMO: O bairro de Santo Antônio, localizado na ilha de Antônio Vaz, reúne uma história ilustrada pela monumentalidade na arquitetura e na arte dos jardins, entre o colonial e o moderno, compondo com a paisagem das águas. Dos atributos naturais nasceram jardins e ruas arborizadas distribuídos por entre as edificações institucionais e religiosas, na sua maioria, dando-lhe especial destaque. Entre os séculos XVIII e XX sofreu transformações urbanas que provocaram alterações de grande magnitude na sua configuração e na sua dinâmica. Ainda hoje, apesar de ser um sítio histórico, constata-se um processo gradual de deterioração resultante da decadência de usos que implicam o abandono das edificações e dos espaços públicos, fazendo-o perecer do monumento à ruína. A título de registro de uma época de glória, este artigo objetiva demonstrar, por meio da história urbana, em que medida as diversas camadas históricas desse palimpsesto, enraizadas de cultura popular, aliadas aos significativos espaços ajardinados caracterizaram Santo Antônio como um bairro-jardim.

PALAVRAS-CHAVE: Bairro-jardim. História urbana. Espaço público.

ABSTRACT: The neighborhood of Santo Antônio, located on the island of Antônio Vaz, has a history illustrated by the monumentality of the architecture and the art of the gardens, between the colonial and the modern, composing with the landscape of the waters. The natural attributes gave birth to gardens and tree-lined streets distributed among the institutional and religious buildings, most of which give it special prominence. Between the 18th and 20th centuries it underwent urban transformations that caused major changes in its configuration and dynamics. Even today, despite being a historic site, there is a gradual process of deterioration resulting from the decay of uses that imply the abandonment of buildings and public spaces making it perish from monument to ruin. As a record of an era of glory, this article aims to demonstrate, with urban history, to what extent the various historical layers of this palimpsest, rooted in popular culture, allied to the significant garden spaces characterized Santo Antônio as a garden-neighborhood.

KEYWORDS: Garden-neighborhood. Urban history. Public space.

INTRODUÇÃO

O bairro de Santo Antônio, situado na cidade do Recife, constitui um exemplo singular de sítio histórico. Seu reconhecimento como área de preservação histórica, mesmo com mudanças e transformações ao longo do tempo, se deve ao fato de que sua relevância cultural, arquitetônica e histórica remonta aos processos históricos que formaram a cidade. O processo de preservação do patrimônio cultural localizado no bairro começou a ser formalmente estabelecido em 1979, com a promulgação da Lei nº 13.957,⁵ que instituiu a proteção e o reconhecimento legal de sítios históricos no Recife. Contudo, foi apenas em 1983 que o bairro de Santo Antônio recebeu o status oficial de conjunto histórico, por meio da Lei nº 14.511.⁶ Posteriormente, o bairro foi classificado como Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico (ZEPH), de acordo com a Lei de Uso e Ocupação do Solo⁷ e com o Plano Diretor do Município do Recife.⁸

Para um sítio ser considerado histórico é necessário que ele tenha relevância cultural, arquitetônica, social ou histórica, representando testemunhos significativos do passado e da evolução de uma comunidade ou região, em grande parte indicados pela heterogeneidade temporal de suas construções. A singularidade do bairro de Santo Antônio está ligada à formação do seu espaço físico, que resulta de múltiplos processos de intervenção ao longo do tempo, que, com a dinâmica urbana, moldam sua paisagem.

Essa realidade se manifesta, especialmente, no traçado urbano do bairro, em sua diversidade morfo-tipológica – com edifícios remanescentes do século XVII que coexistem com construções modernistas de mais de vinte pavimentos, erigidas no século XX – e na variedade de usos do espaço, que engloba um polo educacional, a sede do Poder Executivo do estado de Pernambuco e um centro de comércio popular, além de servir como cenário para diversas manifestações culturais.

É nesse contexto que surge a indagação: como um sítio que passou por relevantes processos de transformação, refletidos em sua heterogeneidade física e funcional, pode ser reconhecido como patrimônio histórico? A resposta a essa questão desafia a compreensão das dinâmicas urbanas, das políticas de preservação e das concepções sobre patrimônio cultural, suscitando reflexões críticas sobre a identificação e valorização dos elementos históricos e culturais que conferem a Santo Antônio sua singularidade e importância no patrimônio da cidade.

A partir disso, este artigo busca revelar a diversidade temporal e a importância cultural e arquitetônica do bairro, ao longo do tempo, por meio de uma abordagem que tratará Santo Antônio como um palimpsesto. Por definição,

5. Recife (1979)

6. Recife (1983)

7. Recife (1996)

8. Recife (2021)

9. Huyssen (2003, p. 7, tradução nossa)

10. Besse (2014, p. 58).

palimpsesto é um pergaminho cujo texto foi apagado para permitir sua reutilização, mantendo, no entanto, traços do conteúdo anterior, ainda que, em alguns casos, de forma não imediatamente perceptível, permanecendo como uma fonte valiosa de conhecimento para a humanidade.

A utilização do termo “palimpsesto” na análise de espaços urbanos é fundamentada em diversas referências acadêmicas que o associam à leitura e interpretação da cidade ao longo do tempo. Huyssen⁹ argumenta que é possível compreender a cidade como palimpsesto, enfatizando que essa metáfora não se restringe apenas à escrita, mas também se aplica às configurações dos espaços urbanos e suas transformações ao longo da história. Para o autor, as técnicas literárias de leitura histórica, intelectual, construtiva e desconstrutiva podem ser aplicadas na compreensão dos espaços urbanos, que desempenham um papel fundamental na formação dos imaginários coletivos. Em outras palavras, como um palimpsesto, a cidade reúne diferentes memórias em um mesmo lugar, incorporando marcas do passado, rasuras, perdas e heterotopias, que contribuem para sua riqueza cultural e histórica. Besse¹⁰ reforça a ideia de que o solo urbano tem uma espessura simbólica, refletindo uma construção histórica que incorpora camadas do passado e serve como uma reserva de energias futuras. Assim, entende-se que a paisagem urbana não é uma página em branco, mas um palimpsesto que apresenta marcas, pegadas e resistências que devem ser consideradas nas intervenções urbanas.

Nesse contexto, o “texto apagado” será alusivo aos jardins e espaços livres que estiveram no planejamento e construção do Recife desde o início de sua ocupação no século XVII, cujos vestígios ainda podem ser identificados em Santo Antônio atualmente. Ao protegerem a manifestação de valores imateriais do bairro, os fragmentos desses espaços que ao longo do tempo remanesceram contam a história da cidade por meio da experiência da paisagem recifense.

É nesse sentido que, baseado em uma abordagem conduzida por uma revisão histórica e bibliográfica, este texto lança luz sobre o crescimento do bairro de Santo Antônio desde os primórdios da ocupação, caracterizada pela interação entre os espaços públicos. O enfoque singular adotado neste artigo, que o diferencia de abordagens anteriores dedicadas ao mesmo território, está relacionado à ideia de interpretar esses espaços como elementos constituintes de um bairro-jardim. O termo “ruína” é empregado no contexto desse bairro-jardim, especificamente referindo-se à perda da unidade espacial, consequência das intervenções ao longo das décadas, sobretudo durante o período das reformas modernistas entre os anos 1920 e 1940 e à deterioração arquitetônica e urbanística do bairro.

A partir da constatação da existência dos vestígios da unidade que constituía o conjunto dos espaços livres ao longo do tempo, objetiva-se compreender o bairro de Santo Antônio, em sua totalidade, como um bairro-jardim. Isso será alcançado por meio de uma análise histórica de sua morfologia urbana, enfocando-o como um espaço que se desenvolveu a partir da interação de diversos espaços livres públicos, como jardins, praças, pátios e largos, que, apesar de enfrentarem relevantes processos de modificação e deterioração, preservam as características essenciais que o tornam um monumento histórico e cultural até a atualidade.

A CIDADE-JARDIM DE NASSAU

O Recife consolida sua organização social enquanto cidade no século XVII, quando os holandeses expandiram o aglomerado urbano que se desenvolveu em torno de um porto a partir de 1630. O sistema de cidade pós-ocupação holandesa articulava a área que hoje está entre o Forte das Cinco Pontas e o extremo norte da Ilha de Antônio Vaz, onde se localiza o Jardim do Palácio do Campo das Princesas. Os vestígios das ações dos holandeses no território ainda podem ser percebidos na atualidade (Figura 1). Antes mesmo do período da ocupação



Figura 1 – Redesenho do Plano de Post do bairro de Santo Antônio sobre imagem de satélite do Google Earth (2022). Em destaque, dois fortes que delimitaram o sistema fortificado, verificando-se a proximidade com o jardim do Palácio do Campo das Princesas (A) e o Forte das Cinco Pontas (B). Fonte: Elaboração nossa (2023).

11. Reynaldo (2017, p. 60).

12. Zancheti (2012, p. 3).

holandesa, já estavam construídos nesse território o Convento de Santo Antônio, da Ordem dos Franciscanos (1606), e um pequeno núcleo habitacional. Mas é só em 1637 que Maurício de Nassau dá início ao processo de urbanização baseado no plano urbanístico do arquiteto Pieter Post, que propôs a construção da primeira ponte da cidade, que conectaria o núcleo portuário com o até então aglomerado urbano da Vila de Santo Antônio, em localização aproximada com a atual ponte Maurício de Nassau, que liga o bairro do Recife ao de Santo Antônio.¹¹

O plano de Post para a *Mauritsstad* holandesa incorporou as edificações existentes na capital, protegida a partir de um sistema de defesa fortificado, com traçado quadrangular que era articulado por dois fortes, o Ernesto, ao norte, e o Frederico Henrique, ao sul, além de duas praças posicionadas simetricamente nos dois extremos da ilha. Uma era o Terreiro dos Coqueiros (ou praça do Mercado Grande), para os mais abastados, e a outra, a praça Dupla, para os trabalhadores menos abastados¹² (Figura 2). Esses espaços livres originaram o que hoje corresponde à praça da Independência, ou pracinha do Diário, espaço público que na atualidade constitui o “coração” do bairro de Santo Antônio, e a área do Mercado de São José com a praça Dom Vital, no bairro de São José.

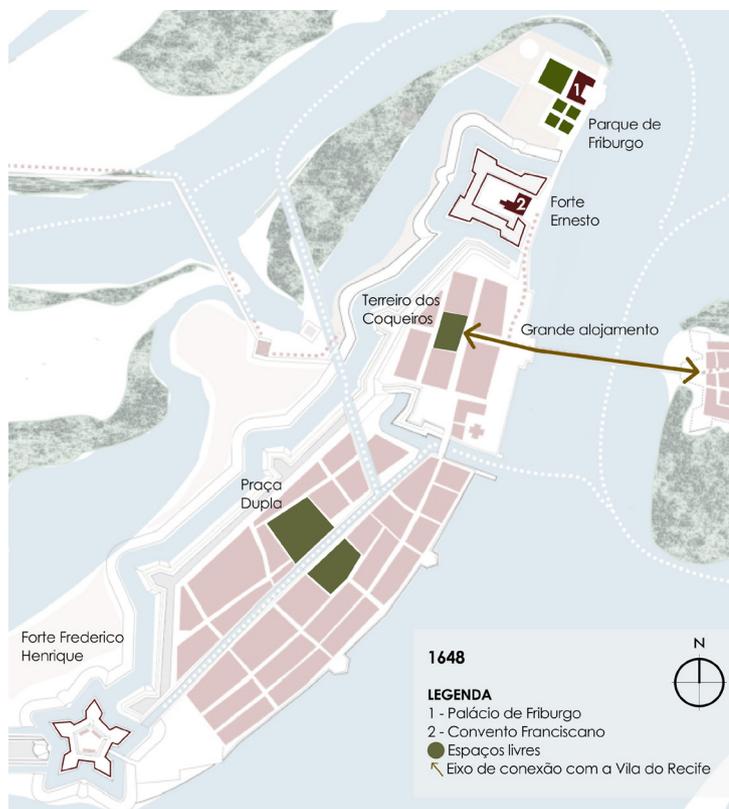


Figura 2 – Cidade maurícia em 1648, redenhada por José Luiz da Mota Menezes, marcando os espaços públicos propostos por Post. Fonte: Menezes (2017), editada pelos autores.

O povoado de Santo Antônio exibiu uma organização espacial com usos distintivos característicos da ocupação neerlandesa. Na parte sul da ilha, prevalecia o uso residencial popular, expresso em pequenas edificações térreas, onde também se situava o Forte Frederico Henrique, localizado próximo ao atual Forte das Cinco Pontas. Por outro lado, a porção norte abrigava a sede do poder político, que se consolidou no Palácio de Friburgo, adjacente ao Forte Ernesto. Além disso, o Convento Franciscano foi incorporado ao Forte Ernesto, resultando em uma configuração que formava, conjuntamente com o Forte Frederico Henrique, um eixo de proteção para toda aquela área. Nesse mesmo trecho, atualmente situam-se o Palácio do Campo das Princesas, utilizado como residência oficial do governo de Pernambuco, e o Convento de Santo Antônio, cujo uso religioso foi reestabelecido após a retomada do território por Portugal (Figura 3).

13. Sá Carneiro e Mesquita (2000, p. 76).

14. Pontual (2001, p. 421).

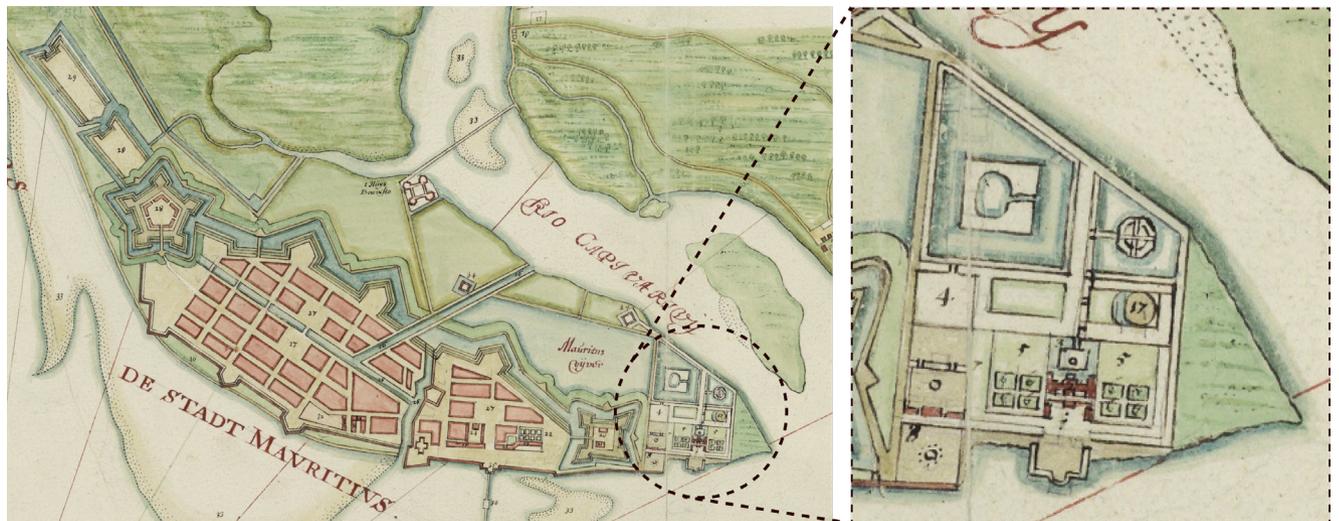


Figura 3 – Mapa da cidade maurícia. Ampliado, o Parque de Friburgo com o Palácio de Friburgo pintado em vermelho (1639). Fonte: Vingboons (1639).

Esse plano fez da cidade maurícia o primeiro núcleo urbano planejado do Brasil com arborização de rua e com espaços livres vegetados, que contavam com cultivo ordenado de vegetação. Nesse cenário, Recife recebe o primeiro parque do continente americano, o Parque de Friburgo, formado pelo jardim horto-botânico de Friburgo, de caráter renascentista, que emoldurava o então Palácio de Nassau (Figura 4), na área que corresponde à atual praça da República e ao Jardim do Palácio do Campo das Princesas.¹³ As “castas de árvores de fruto que se dão no Brasil [...] e dois mil coqueiros” do jardim de Friburgo se destacavam no meio daquele “areal estéril”, conforme relata o memorialista frei Manuel Calado do Salvador.¹⁴

15. Cullen (1983, p. 27).

16. Zancheti, *op. cit.*, p. 4.



Figura 4a – Perspectiva de voo de pássaro do Parque de Friburgo. Fonte: Mesquita (1998, p. 12)
Figura 4b – Praça da República atualmente. Fonte: Fotografia dos autores (2022).

OS JARDINS COMO RECINTOS URBANOS

O protagonismo do bairro de Santo Antônio enquanto área das primeiras organizações urbanas do Recife o caracterizam como um bairro ajardinado que consolida a paisagem recifense. Essa característica advém de um processo histórico resultante da ação humana no território, que se materializa mediante suas intervenções, cultura, história, necessidades, modos de vida e percepção de mundo. Os espaços públicos contribuem para isso, na medida em que se caracterizam como verdadeiros recintos urbanos, que Cullen¹⁵ entende como a unidade básica da morfologia urbana, para os quais o transeunte é conduzido através de percursos. É nesses lugares de chegada que se pode encontrar sossego e tranquilidade, um refúgio para o ritmo frenético da vida urbana.

Após o fim da ocupação holandesa (1654), Recife torna-se o principal núcleo urbano da capitania, agora portuguesa, e um dos mais importantes núcleos comerciais e financeiros do Brasil. Segundo Zancheti, a partir desse momento, o desenvolvimento da cidade, diferentemente de outros grandes núcleos urbanos consolidados no Brasil, como Salvador e Rio de Janeiro, ocorre em razão da competição entre os representantes políticos dos colonizadores, a Igreja Católica e as emergentes demandas capitalistas.¹⁶

Foram retomadas as características da primeira organização urbana que consolidou o legado holandês numa composição que Loureiro e Amorim chamam de “mercantil e profano”, “sagrado” e “cosmopolita”, correspondentes, respectivamente, aos tecidos holandês, português e moderno. Isso faz de Santo Antônio a

materialização da sucessão de diferentes gêneros e tipologias urbano-arquitetônicas ao longo do tempo, sobrepostos numa mesma área cuja força de integração variou ao longo de sua história, “com diferentes ênfases – religiosa, mercantil e civil – o bispo, o mascate e o juiz”¹⁷.

17. Loureiro e Amorim (2000, p. 36).

18. Zancheti, *op. cit.*, p. 7.

A partir da segunda metade do século XVII, as ordens religiosas iniciam a instalação das igrejas e conventos na área correspondente ao bairro de Santo Antônio. Os religiosos têm importante papel na consolidação do tecido urbano, uma vez que eram grandes proprietários de terras e construíram os conventos, igrejas e hospitais que definiam os largos e pátios, que eram numerosos e os mais representativos espaços livres da cidade. Nesse momento, por influência de ações de melhorias urbanas, predominou o uso de vegetação até mesmo nos pátios e largos desse bairro. Assim, o conjunto dos espaços livres públicos, associados às edificações de cunho religioso ou institucional, constituía um sistema que representava a “cidade de forma aberta”, que se configurava de difícil hierarquização, haja vista sua organização ter se dado com a participação de múltiplos atores sociais.¹⁸ A ilustração desse sistema está representada na Figura 5.



Figura 5 – Espaços livres no século, XIX marcando os largos, pátios e praças associados às edificações institucionais em vermelho. Fonte: Elaboração nossa (2022).

19. *Ibid.*, p. 8.

20. *Ibid.*, p. 14.

A organização espontânea do tecido urbano do Recife no século XVIII seguia uma geometria descomprometida com o local central representativo de poder, o que não exclui a lógica de organização do espaço. A morfologia das praças e dos largos estava condicionada a um sistema de perspectivas, que consistia em um espaço livre de formato quadrangular cujo lado menor recebia um elemento arquitetônico de destaque, como uma igreja, na qual estava o plano final da perspectiva, com seu ponto de fuga posicionado em algum elemento decorativo da fachada (Figura 6).¹⁹



Figura 6 – Pátio e Igreja do Paraíso, do centro para a direita (1930s) e Pátio e Igreja do Carmo, ao fundo (1946), respectivamente. Fonte: PÁTIO... (2001) e Guimaraens (2019), respectivamente.

A lógica da urbanização do Recife barroco, denominação usada por Zancheti, contava com ruas estreitas e becos que ligavam os largos e praças, proporcionando ao pedestre um percurso de surpresas que o direcionava, sempre para novas perspectivas urbanas que valorizavam a paisagem natural.²⁰ Assim, os espaços livres configuravam cenários urbanos marcados por igrejas, conventos e confrarias cujas torres e frontões se tornaram referências nos percursos dos transeuntes (Figura 7).



Figura 7 – Rua Nova com a torre da Igreja da Nossa Senhora da Conceição dos Militares (1880) e rua Primeiro de Março, com praça da Independência e torre da Igreja Matriz de Santo Antônio (1880), respectivamente. Fonte: Lamberg (1880).

Cabe destacar a relevância da praça da Independência enquanto representação do palimpsesto de Santo Antônio, uma vez que, além de remanescente material das primeiras ocupações da cidade do Recife, também foi palco de reuniões populares e manifestações políticas desde o século XIX, reunindo políticos e jornalistas que discutiam o cenário da época e festas populares e tradicionais, como o Carnaval.²¹

21. Costa (2022, p. 49).

22. *Ibid.*, p. 12.

23. *Ibid.*, p. 81.

Além disso, a relevância da Pracinha do Diário, como é conhecida, tem relação direta com o edifício do *Diário de Pernambuco*, por ter sido essa instituição a sede do mais antigo jornal em circulação no Brasil e que veiculou – compreendendo a importância dos jornais impressos para esse período da história – grandes acontecimentos políticos, culturais e sociais do país.²²

O local da Pracinha do Diário é estratégico na articulação de importantes corredores de transporte público, as vias de maior fluxo do bairro de Santo Antônio, que contribuem para seu caráter articulador da circulação pela cidade. Ela também se caracteriza como recinto urbano, por oferecer um ponto de parada para os transeuntes, apesar da carência de tratamento paisagístico adequado.²³

Destacam-se, ademais, os pátios do Carmo e de São Pedro, que atualmente se encontram separados pelo vazio urbano da avenida Dantas Barreto. Esses espaços estabelecem uma estreita relação com as atividades comerciais populares que floresceram no centro do Recife, especialmente após a segunda metade do século XX, pois constituem vazios essenciais para a apreensão da paisagem dinâmica do bairro. São oásis no contexto do agito comercial, ao mesmo tempo que assumem função significativa de conexão entre a agitação vibrante do bairro de São José, caracterizado por um maior número de estabelecimentos comerciais, e as vias de Santo Antônio (Figura 8).



Figura 8 – Pátio de São Pedro, avenida Dantas Barreto e praça da Independência com torre da Igreja do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio. Fonte: Fotografias dos autores (2022).

Desde sua consolidação, o bairro de Santo Antônio se tornou um espaço emblemático para inúmeras expressões culturais populares. A relação entre a localização das igrejas e seus pátios e largos tem sido um importante guia para a realização de festividades que refletem o sincretismo religioso entre o catolicismo e as religiões de matrizes africanas. Em especial, nas denominadas irmandades católicas, a cultura africana, que enfrentou a opressão do regime escravista, encontrou uma forma de se manifestar por meio da associação entre entidades católicas e orixás africanos. Duas das mais significativas manifestações religiosas do bairro de Santo Antônio são a Festa de Nossa Senhora do Carmo e a Procissão dos Lírios, ambas associadas ao sincretismo religioso entre Nossa Senhora do Carmo e a orixá Oxum. A manifestação máxima desse sincretismo ocorria por meio da Coroação das Rainhas de Maracatu, um evento que se desenrolava nas proximidades da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, também situada no bairro de Santo Antônio. Essas festividades religiosas e culturais são exemplos notáveis da rica diversidade de manifestações populares que permeiam a história e a identidade do bairro, reforçando seu caráter como um verdadeiro sítio histórico e cultural.

Tais festividades também são responsáveis por movimentar o comércio local, atraindo os comerciantes para os pontos de concentração dos fiéis. Famílias tradicionais da cidade participam doando dinheiro, principalmente para contribuir com a decoração das festas. Os bares e restaurantes do entorno são ocupados pelos participantes e toda a paisagem de Santo Antônio se modifica, ganhando elementos culturais, congregação social de diversos grupos e movimentação humana (Figura 9).²⁴



Figura 9 – Festa de Nossa Senhora do Carmo, no Pátio do Carmo (2023). Fonte: Alexandre Aroeira/Folha de Pernambuco (2023). Disponível em: <https://bit.ly/3QlUkRB>.

O bairro de Santo Antônio é anfitrião das celebrações anuais de Carnaval, sendo seu Roteiro de Evocações tombado como patrimônio imaterial pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Na avenida Dantas Barreto, por exemplo, ocorre o desfile do maior bloco de Carnaval do mundo, o Galo da Madrugada. Nessa mesma área do bairro, realiza-se o tradicional Desfile de Agremiações, para o qual são montadas arquibancadas e outras estruturas, atraindo participantes de todo o mundo. Durante os dias de festa, o bairro de Santo Antônio passa por significativas alterações em sua dinâmica, incluindo mudanças nos horários de trabalho, rotas de transporte público e venda de produtos de Carnaval no comércio local.

É perceptível, portanto, que o bairro de Santo Antônio apresenta uma notável quantidade de espaços livres, que contribuem para a valorização e apropriação dessa região da cidade. Esses espaços compreendem pátios e praças conectados por ruas estreitas, moldadas pela disposição das edificações que se voltam para essas áreas, resultando em um intenso fluxo de pedestres e tornando-as propícias para a vivência do conjunto edificado. Destaca-se que tais vivências derivam das práticas culturais que possuem profundas raízes no bairro em questão e que se manifestam mesmo diante da reconfiguração deste território.

O “segredo” por trás dessas ilhas de segurança urbana está, para mim, no resgate do espaço público como área para o passeio a pé de famílias e indivíduos. São as únicas áreas dessas cidades (com a exceção de algumas partes das orlas marítimas) onde os seus habitantes e visitantes podem realizar esse ato característico, e fundamental, da vida urbana: contemplar e usufruir a sua cidade sem qualquer compromisso como o consumo, o trabalho ou outra obrigação. Andar e passear são atos de exposição ao outro, ao desconhecido, de forma desarmada.²⁵

Esses e outros espaços públicos contribuem para a sociabilidade e a experiência vivenciada no bairro e, ao se articularem entre si, também demonstram que, apesar de diversos, formam uma unidade que configura e enriquece a paisagem desse sítio histórico, muitas vezes imperceptível à primeira vista.

26. Pontual (2000, p. 93).

27. *Ibid.*

O DESEJO DE PROGRESSO MODERNISTA E O RETALHAMENTO DO TECIDO URBANO

O início do século XX é marcado pela efervescência cultural nos anos 1920 que colocou o Recife na posição de centro cultural do Nordeste, com a articulação dos grupos em torno das ideias do Modernismo na arte e na cultura. Nesse mesmo contexto é que se inserem as grandes reformas urbanas de modernização do bairro de Santo Antônio, segundo os preceitos da arquitetura e urbanismo modernos.

Um conjunto de planos urbanísticos foram elaborados por Domingos Ferreira (1927), Nestor de Figueiredo (1932), Atilio Corrêa Lima (1936) e Ulhôa Cintra (1943), mas nenhum teve sua execução completa. As ideias apresentadas nesses planos urbanísticos convergiram ao preverem parques e jardins, com destaque para o de Cintra, que propôs duas avenidas arborizadas que ligavam o Derby a Santo Amaro e ao longo do rio Capibaribe, além de um parque na ilha Joana Bezerra. Figueiredo e Corrêa Lima propuseram espaços similares, mas em menor escala.²⁶

Os primeiros planos urbanísticos apresentados para o Recife abrangem três propostas distintas. O plano de Domingos Ferreira, de 1927, visava modernizar a cidade por meio da abertura de novas vias e desapropriações, incluindo um “corredor da cidade” conectando a praça da Independência à praça Duarte Coelho, que era um espaço público proposto na cabeça da ponte de mesmo nome. Já o plano de Nestor de Figueiredo, de 1932, também enfatizava o progresso da cidade com medidas racionalizadoras e conciliação de conflitos urbanos, atribuindo à praça da Independência um caráter central, “verdadeira sala de visita”, da qual partiam vias radiais. Diferindo dos anteriores, o plano de Atilio Corrêa Lima, de 1936, sugeria desviar o tráfego de veículos da praça da Independência, eliminando a importante via que a ligaria à praça Duarte Coelho²⁷ (Figura 10).



Figura 10 – Plano de Domingos Ferreira (1927) sobre Planta da Cidade do Recife (1906), Plano de Nestor Figueiredo (1932) e Plano de Atilio Correa Lima (1936) sobre a Planta da Cidade do Recife (1906). Fonte: Piccolo Loretto (2008, p. 68; 70), Reynaldo (1998) e Piccolo Loretto (2008, p. 71), respectivamente.

Foi consenso entre esses urbanistas que os espaços verdes deveriam ser preservados, já que a cidade era constituída de uma “composição da arquitetura da construção com a arquitetura da paisagem”.²⁸ Essa representação da cidade salubre e equilibrada entre edificações e elementos naturais era motivo de orgulho daqueles que buscavam alcançar o ideal da cidade moderna, fazendo do Recife “a cidade das grandes avenidas, dos arranha-céus, dos parques e jardins, mistura certa de tijolo, água e vegetação [...]. O modelo de cidade-jardim era o ideal de morar dos letrados recifenses”.²⁹

28. *Ibid.*, p. 94.

29. *Ibid.*

30. *Ibid.*, p. 93.

As modificações executadas na avenida Dez de Novembro (atual avenida Guararapes) e na praça da Independência, são resultantes do Plano de Remodelação organizado pela Comissão do Plano da Cidade nomeada pelo prefeito Novaes Filho em 1937, que revisou os planos até então apresentados para a área. Posteriormente, em 1942, Cintra apresentou as *Sugestões para orientação do estudo de um plano geral de remodelação e expansão da cidade do Recife*, aprovado em 1943. As sugestões estavam pautadas principalmente na estrutura viária do núcleo central da cidade e foram a principal referência para a segunda etapa da modernização, marcada pela maior onda de demolições ocorridas em Santo Antônio.³⁰

Apesar do desejo dos urbanistas modernos de fazer de Recife uma *cidade-jardim*, as alterações executadas no tecido urbano de Santo Antônio geraram novas edificações de caráter monumental, que se sobrepuseram à escala preexistente. Os pátios, praças e largos, que antes se abriam como respiros, que funcionavam como aberturas estratégicas relacionando a arquitetura do entorno, ora ajardinados ora não, se tornaram minúsculos ao lado dos quarenta metros de asfalto da nova avenida. A trama tecidual urbana, antes coesa pelos espaços livres nos quais a paisagem se manifestava por meio das atividades sociais, políticas e culturais, é fragmentada para abertura de vias, deixando os espaços públicos remanescentes como retalhos soltos.

Assim, quadras inteiras e espaços livres significativos foram apagados para a construção da avenida Dantas Barreto, cuja obra foi responsável por levar parte importante da memória urbano-arquitetônica da cidade. A Figura 11 ilustra em vermelho os espaços públicos livres, edificações e quadras que foram apagados na nova morfologia urbana executada. O exemplo mais emblemático é a praça Barão de Lucena – que também era o Pátio da Igreja do Paraíso –, que teve uma de suas quadras de casario colonial completamente demolida, como mostra a Figura 12, provocando uma mudança radical no traçado para introdução do eixo da Dantas Barreto (em preto) nas imediações da atual Pracinha do Diário (D da Figura 11). Apesar das modificações, as reformas não ocasionaram a desarticulação dos eixos históricos estruturadores da malha urbana (em vermelho, na Figura 11).

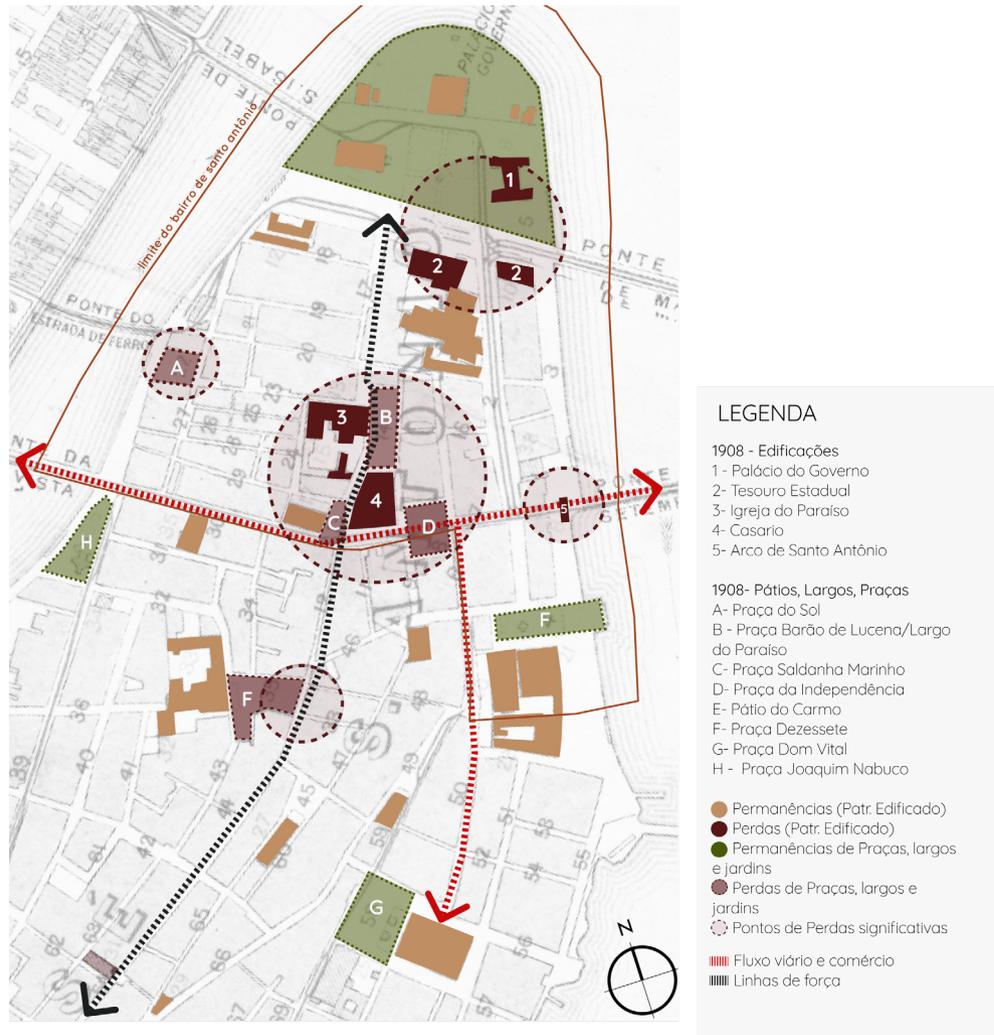


Figura 11 – Perdas e permanências dos espaços livres públicos no bairro de Santo Antônio depois das reformas urbanas do século XX. Fonte: Elaboração nossa (2022).



Figura 12 – – Igreja de Santo Antônio e praça Saldanha Marinho, com Pátio do Paraíso ao fundo (1910) e reforma urbana para a construção da avenida Dantas Barreto na praça da Independência (Pracinha do Diário) (1945 e 1946). Em marca d'água, quadras demolidas nas reformas. Fonte: PRAÇA... 1910) e Guimaraens (2019), editadas pelos autores.

As avenidas Guararapes e Dantas Barreto foram construídas como símbolos materiais da intervenção modernista no bairro de Santo Antônio, caracterizadas pela presença de edifícios altos do tipo galeria, que marcam a paisagem moderna nessa região. Por outro lado, essa mesma transformação não ocorreu no bairro de São José, onde o prolongamento da avenida Dantas Barreto não foi acompanhado por uma reconfiguração arquitetônica, resultando apenas em uma intervenção que violou o tecido histórico desse bairro.

Passando por cima de um importante período da história da cidade, o da ocupação colonial holandesa, do “bispo, do mascate”³¹, as aberturas das avenidas podem ser lidas para além da destruição que causaram. O movimento arquitetônico moderno, manifestado por meio das intervenções urbanísticas às quais Santo Antônio foi submetido, tem grande relevância na história da arquitetura e do urbanismo, tanto em âmbito nacional quanto internacional, considerando o bairro como um importante laboratório para arquitetos e urbanistas da época.

É desse período também que datam importantes transformações relacionadas ao processo de arborização e ajardinamento das margens do rio Capibaribe. Essas áreas verdes, associadas a passeios públicos e praças ribeirinhas, tornaram-se elementos distintivos da paisagem urbana, fomentando interações positivas entre a população e o rio, ainda no século XVIII (Figura 13). Entretanto, com o avanço do século XX e a crescente adoção do automóvel como principal meio de transporte, as prioridades urbanas foram gradativamente reconfiguradas. Espaços previamente designados à arborização e ajardinamento foram gradualmente suplantados por vias destinadas a acomodar o tráfego veicular, ocasionando a perda de numerosos jardins e áreas verdes ao longo do curso fluvial. Esse processo de transformação, embora em sintonia com as novas exigências de mobilidade, culminou na redução do contato direto da população com as margens do rio e na perda de relevantes espaços públicos.



Figura 13 – Rua do Sol, início do século XX. Fonte: Martins (c. 1914). Disponível em: <https://bit.ly/3Kp7HNf>.

Santo Antônio, após as transformações urbanas, apresenta uma paisagem decadente, em que as marquises das galerias são aproveitadas pelos vendedores ambulantes para montar suas barracas e atender, sob a sombra proporcionada, os clientes que transitam. Os novos edifícios no bairro acomodam diversos usos, abrangendo setores habitacionais, institucionais, de serviços e comerciais em maior quantidade. As construções e espaços públicos remanescentes das ocupações anteriores às intervenções modernas ainda preservam, de forma precária, sua relevante história, refletindo usos que eram essenciais para a dinâmica do bairro, e agora coexistem harmoniosamente com as novas espacialidades resultantes das obras modernas do século XX. E, apesar das mutilações, a vitalidade do bairro de Santo Antônio ainda pode ser observada em seus recantos boêmios e na movimentação dos comerciantes ambulantes, que atraem usuários diariamente (Figura 14).



Figura 14 – Caráter boêmio do Pátio do Sebo e comerciantes e transeuntes dividindo calçadas e marquises na avenida Dantas Barreto, com Igreja de São Pedro ao fundo. Fonte: Fotografias dos autores (2023).

O BAIRRO-JARDIM EM RUÍNA

A partir da segunda metade do século XX, o surgimento de novas centralidades acarreta a diminuição das atividades cotidianas e culturais nas áreas centrais da cidade. Nesse sentido, algumas áreas do bairro de Santo Antônio tornaram-se, sobretudo após a década de 1950, espaços voltados para o comércio popular e serviços, conformando as principais centralidades. Nesse bairro também se concentrou, até meados de 2016, um polo educacional no entorno da avenida Guararapes.³²

De outro lado, é importante anotar o processo de decadência do uso habitacional nessa área, o que foi explicitado por Silva, ao indicar que tais mudanças de uso relacionam-se à criação da ideologia da casa própria ensejada pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1964. Ao impulsionar o financiamento habitacional, o BNH fez com que aumentasse a procura por imóveis novos que, em sua maioria, estavam localizados fora da região central das cidades.³³ Nesse sentido, o bairro de Santo Antônio enfrenta um processo de esvaziamento que se reflete em um elevado potencial edificado e paisagístico subutilizado.

É nesse contexto que se revelam as principais questões ligadas ao arruinamento desse bairro-monumento. O caráter efêmero das festividades religiosas e carnavalescas é responsável pelo uso desse espaço de forma intensa, mas muito pontual durante o ano. Durante a semana, após o fechamento do comércio – que em dias úteis acontece por volta das 18h – as ruas do bairro se tornam vazias, e o espaço que, em horário comercial pulsa de vitalidade, converte-se em um espaço hostil e pouco convidativo.

Ademais, os espaços públicos de lazer e estar enfrentam processos de deterioração, associados sobretudo à ausência de medidas efetivas de conservação e ao decréscimo do uso habitacional, responsável pela criação de uma demanda por esse tipo de espaços públicos.

Os espaços públicos, remanescentes das alterações sucessivas no tecido urbano, se tornaram pontos de passagem dos fluxos de pedestres e paradas de ônibus, além de serem articuladores das vias asfaltadas por onde os veículos transitam. Isso ocorre em razão da falta de investimentos na melhoria e adaptação às novas demandas de uso, da ausência de estratégias para atração dos cidadãos, que só ocupam os pátios e praças em atividades sazonais, além de se afastarem pela falta de segurança e ocupação de alguns deles por moradores de rua, como a praça da Independência e a praça Dezesete. Em contrapartida, ainda se encontram em melhor nível de manutenção a praça da República e o Jardim do Palácio do Campo das Princesas, devido à localização da sede do governo estadual nessa área.

Assim, ficam os espaços públicos registrados na história vivida e presentes na memória da população e na historiografia da evolução do tecido urbano da cidade do Recife, mas apagados da vivência cotidiana dos cidadãos atualmente. Enquanto isso, os espaços públicos remanescentes, aliados às suas edificações limítrofes, têm sua obsolescência gradativa assistida pelos usuários – comerciantes, religiosos, fiéis e clientes – que mantêm vivas, por meio da sua resiliência, as tradições culturais e econômicas, revelando as peculiaridades desse bairro-jardim-monumento em meio às suas ruínas.

REFERÊNCIAS

FONTES IMPRESSAS

LAMBERG, Moritz. *Rua Nova (antiga Barão da Vitória e João Pessoa)*. 1880. Arquivo Pedro Corrêa do Lago, c. 014ALAM00214 (Acervo Instituto Moreira Salles, Rio de Janeiro). Disponível em: <https://bit.ly/3z3D4a5>. Acesso em: 22 fev. 2023.

LAMBERG, Moritz. *Rua Primeiro de Março*. 1880. Arquivo Pedro Corrêa do Lago, c. 014ALAM00207 (Acervo Instituto Moreira Salles, Rio de Janeiro). Disponível em: <http://bit.ly/3ZeriEg>. Acesso em: 22 fev. 2023.

MARTINS, Henrique. *Rua do Sol*, Recife. c. 1914. 1 cartão-postal, monocr., 8,7 × 13,8 cm. Coleção Josebias Bandeira. (Acervo Brasileira Fotográfica/Fundaj). Disponível em: <https://bit.ly/3ZVCAzq>. Acesso em: 22 fev. 2023.

PÁTIO do Paraíso, Recife (PE), anos 1930. 2001. Fundo Correio da Manhã (acervo fotográfico), 1901-1974: índice de assuntos. Série BR_RJANRIO_PH_0_FOT. Código 05742_0002. (Arquivo Nacional Brasil, Rio de Janeiro). Disponível em: <https://bit.ly/3JzSDen>. Acesso em: 26 fev. 2023.

PRAÇA Saldanha Marinho (Arquivo Recife de Antigamente, Recife). 1910. Disponível em: <https://bit.ly/40tfhg1>. Acesso em: 26 fev. 2023.

VINGBOONS, Johannes. *Caerte vande haven van Pharnambocque met de Stadt Mouritius en Dorp Reciffo ende bijleggende forten met alle gelegentbe den van dien*. Atlas de J. Vingboons (Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano – IAHPG, Recife). 1639. Disponível em: <http://bit.ly/406UaQi>. Acesso em: 26 fev. 2023.

LIVROS, ARTIGOS E TESES

BESSE, Jean-Marc. *O gosto do mundo: exercícios de paisagem*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

COSTA, Thais Santos. *Pracinha do Diário: exercício de paisagem de um espaço público pulsante na história do Recife*. 2022. Trabalho de Conclusão (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

CULLEN, Gordon. *Paisagem urbana*. Lisboa: Edições 70, 1983.

GUIMARAENS, Cêça. *O fotógrafo Benicio Whatley Dias*. Rio de Janeiro: Rio Books, 2019.

HUYSEN, Andreas. *Present pasts: urban palimpsests and the politics of memory*. Stanford: Stanford University, 2003.

LACERDA, Norma; ABRAMO, Pedro. O mercado de aluguel de imóveis comerciais em centros históricos brasileiros: implicações da conservação inovadora e da destruição aniquiladora nos preços dos bens patrimoniais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, v. 22, 2020. DOI: 10.22296/2317-1529.rbeur.202027en.

LOUREIRO, Claudia; AMORIM, Luiz. O mascate, o bispo, o juiz e os outros: sobre a gênese morfológica do Recife. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 3, p. 19-38, 2000. DOI: 10.22296/2317-1529.2000n3p19.

MENEZES, José Luiz da Mota (org.). *Atlas histórico cartográfico do Recife*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2017.

MESQUITA, Liana de Barros. Memória dos verdes urbanos do Recife. *Cadernos do Meio Ambiente do Recife*, Recife, v. 1, 1998.

PICCOLO LORETTO, Rosane. *Paraíso & martírios: histórias de destruição de artefatos urbanos e arquitetônicos no Recife*. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

PONTUAL, Virgínia. O urbanismo no Recife: entre ideias e representações. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n. 2, p. 89-108, 2000. DOI: 10.22296/2317-1529.2000n2p89.

PONTUAL, Virgínia. Tempos do Recife: representações culturais e configurações urbanas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 42, p. 417-434, 2001. DOI: 10.1590/S0102-01882001000300008.

REYNALDO, Amélia. *As catedrais continuam brancas: planos e projetos do século XX para o centro do Recife*. Recife: Cepe, 2017.

REYNALDO, Amélia. *Las catedrales siguen siendo blancas: un estudio sobre las políticas de tratamiento del centro antiguo de Recife*. 1998. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Universitat Politècnica de Catalunya, Barcelona, 1998.

RIBEMBOIM, Jacques. *Dois bairros irmãos: o patrimônio imaterial dos bairros de São José e Santo Antônio, no Recife*. Recife: Babeco, 2018.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita; MESQUITA, Liana. *Espaços livres do Recife*. Recife: Prefeitura do Recife, 2000.

SILVA, Camila Soares de Macedo. *A dinâmica espacial do mercado imobiliário de aluguel comercial em áreas históricas dos bairros de Santo Antônio e São José (Recife)*. 2018. Trabalho de Conclusão (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

ZANCHETI, Silvio Mendes. *Conservação Urbana: Textos de Momento*. Textos para Discussão – Série Gestão da Conservação, Olinda, n. n. 30, 2008. p. 6-7.

ZANCHETI, Silvio Mendes. *O Recife do século XVIII como cidade Barroca*. Recife: Ceci, 2012.

SITES

RECIFE. Lei nº 13957, de 26 de setembro de 1979. Institui normas gerais de proteção a sítios, conjuntos antigos, ruínas e edifícios isolados, cujas expressões arquitetônicas ou históricas tenham real significado para o patrimônio cultural da Cidade do Recife; disciplina a preservação desses bens, autoriza o Prefeito a declarar zonas especiais de interesse dessa preservação cultural e, dá outras providências. Recife, Disponível em: <http://bit.ly/3TaKTWP>. Acesso em: 05 abr. 2023.

RECIFE. Lei nº 14511, de 17 de janeiro de 1983. Define diretrizes para o uso e ocupação do solo, e dá outras providências. Recife, Disponível em: <https://bit.ly/488XQo8>. Acesso em: 08 abr. 2023.

RECIFE. Lei nº 16176, de 09 de abril de 1996. Estabelece a Lei de Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Recife. Recife, Disponível em: <https://bit.ly/3GyMxdm>. Acesso em: 08 abr. 2023.

RECIFE. Lei Complementar nº 02/2021, de 24 de abril de 2021. Republicação com alteração da Lei nº 18.770/ 2020 - Plano Diretor do Recife. Institui o Plano Diretor do município do Recife, revogando a Lei municipal nº 17.511, de 29 de dezembro de 2008. Recife, Disponível em: <https://bit.ly/41evMh9>. Acesso em: 15 abr. 2023.

Artigo apresentado em: 14/08/2023. Aprovado em: 27/10/2023.



All the contents of this journal, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution License